



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 282/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 10933/2014.

2-Assunto: Prestação de Contas Anual.

3-Órgão: Fundo Municipal de Previdência Social de Benjamin Constant - FMPSBC.

4-Exercício: 2013.

5-Responsável: Sr. Luis Carlos Lopes Garcia, Presidente de Previdência Social de Benjamin Constant.

6-Unidade Técnica: DICERP – Relatório Conclusivo nº 17/2014 (fls. 583/640).

7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº. 32/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 667/688).

8-Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Previdência Social de Benjamin Constant. Exercício 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Determinação ao FMPSBC. Determinação à Prefeitura e Câmara Municipal de Benjamin Constant. Recomendação à Comissão de Inspeção. Encaminhar cópias dos autos ao DRPSP. Representação ao MPE.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anuais do Fundo Municipal de Previdência Social de Benjamin Constant - FMPSBC exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Sr. Luis Carlos Lopes Garcia, Presidente nos termos do art. 22, inciso, III, alínea “b” c/c art. 25 da Lei n.º 2.423/96 (LO/TCE) c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM, considerando as ocorrências das irregularidades constantes nesta instrução;

9.2- Aplicar multa ao Sr. Luis Carlos Lopes Garcia, responsável à época, exercício 2013, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) nos termos do art. 308, VI da Resolução nº 04/2002-RITCE, por grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial constatados no item 8 e seguintes do Relatório/Voto;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos art. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 282/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4 - Determinar à atual gestão do Fundo Municipal de Previdência Social de Benjamin Constant - FMPSBC que observe estritamente:

9.4.1- Realize recenseamento previdenciário, respeitando o prazo estabelecido no art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04;

9.4.2- Criação dos Conselhos de Administração e Fiscal;

9.4.3- Cumprimento do disposto no art. 23 e 26 da Lei Municipal nº 1.019/02 quanto a comprovação da realização de reuniões mensais do Conselho Fiscal;

9.4.4- Para que o FMPSBC proporcione pleno acesso aos servidores e inativos às informações relativas à gestão do RPPS com fulcro no art. 5º, VIII, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 12 da Portaria MPS nº 402/08 c/c art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98, em homenagem ao princípio constitucional da publicidade;

9.4.5- Para que regularize a situação perante o Ministério da Previdência Social, para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, conforme art. 28 da Port. MPS nº 402/08 c/c arts. 7º, I a IV, 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.6- Para que segregue em contas distintas os recursos previdenciários dos valores movimentados da taxa de administração, conforme art. 20 da Res. CMN nº 3.922/10, e alterações posteriores, c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98, bem como em homenagem ao princípio da boa administração pública;

9.4.7- Para que submeta as operações que envolvam despesas com pessoal, de custeio em geral e de capital à apreciação da Controladoria do Município de Benjamin Constant, se houver, conforme arts. 70 e 74, IV, § 1º, da CF/88, referente ao item 7 da Notificação nº 01/2014;

9.4.8- Providencie o Sistema de Controle Interno que possibilite a execução de auditoria prévia dos atos administrativos praticados em cada exercício, conforme estabelecem os artigos 31 e 74 da Constituição Federal de 1988 c/c o artigo 45 da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM);

9.4.9- Para que o gestor do Fundo submeta ao Prefeito uma proposta de projeto de lei que conste a natureza jurídica do RPPS de Benjamin Constant a fim de cumprir o art. 10 da Portaria MPS nº 402/08 e art. 2º, IV, e 15 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/09 c/c art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98;

9.4.10- Para que o gestor do Fundo submeta ao Prefeito uma proposta de projeto de lei que modifique a redação do § 6º do art. 13 da Lei Municipal nº 1.019/02, a fim de manter a autonomia administrativa e financeira do RPPS de Benjamin Constant, conforme disposição do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98; §§ 1º e 2º do art. 10 e arts. 15, 19 e 20 da Portaria MPS nº 402/08; art. 4º da Resolução CMN nº 3.922/10; inciso V do art. 2º e arts. 15 e 16 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/09;

9.4.11- Para que envie no prazo previsto o CRP, o comprovante de repasses e retenções das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS pelo Ente Federativo e pelo Poder Legislativo e o Demonstrativo Previdenciário, conforme art. 3º, "a", da Res. TCE nº 08/11 c/c art. 11, VIII, da Lei nº 2.423/96;

9.4.12- Para que envie no prazo previsto o Balancete Mensal, elaborado segundo a planificação contábil, o manual das contas, os demonstrativos e as normas de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 282/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

procedimentos contábeis aplicados aos RPPS, instituídos pela Port. MPS nº 916/03 e suas alterações, conforme art. 3º, “b”, da Res. TCE nº 08/11 c/c art. 11, VIII, da Lei nº 2.423/96;

9.4.13- Para que envie no prazo previsto os documentos relacionados no art. 3º, “c”, da Res. TCE nº 08/11 c/c art. 11, VIII, da Lei nº 2.423/96, sob pena de ser enquadrado no art. 52 da Lei nº 2.423/96, referente ao item 12 da Notificação nº 01/2014;

9.4.14- Para que envie o Parecer Atuarial, acompanhado pelo Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial - DRAA ao Tribunal de Contas, conforme previsto no art. 3º, alínea “d”, da Resolução TCE nº 08/11 c/c art. 11, VIII, da Lei nº 2.423/96;

9.4.15- Para que adote as providências necessárias para reduzir o déficit atuarial do FMPSBC, seja implementado plano de amortização, seja realizando a segregação de massas, conforme art. 20 da Port. MPS nº 403/08 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.16- Para que faça o registro individualizado dos segurados e dos inativos do FMPSBC, nos moldes do art. 18 da Port. MPS nº 402/08, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.17- Para que adote os princípios e procedimentos contábeis patrimoniais para fins de registro e evidenciação da composição patrimonial do FMPSBC, conforme arts. 85, 89, 100 e 104 da lei nº 4.320/64;

9.4.18- Para que: a) Proceda à cobrança junto a Prefeitura Municipal de Benjamin Constant da diferença a recolher, que deve ser atualizado monetariamente, referente às contribuições previdenciárias (cota do ente e do servidor) do exercício de 2013, conforme art. 5º da Port. MPS nº 402/08, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98, sob pena de solidariedade; b) O repasse das contribuições devidas à unidade gestora do RPPS seja feito por documento próprio, nos moldes do art. 48 da ON MPS nº 02/09, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.19- Para que faça a cobrança dos acréscimos legais incidentes sobre os valores repassados em atraso em 2013, conforme lei do RPPS de Benjamin Constant e art. 24, § 3º, ON MPS nº 02/09, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.20- Para que o gestor do RPPS faça a cobrança dos repasses da contribuição patronal e dos servidores junto a Prefeitura e a Câmara Municipal de Benjamin Constant por meio de documento próprio, conforme disposto no art. 48 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/09 c/c art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98;

9.4.21- Providencie o imediato levantamento das dívidas previdenciárias da Câmara Municipal de Benjamin Constant, envolvendo as contribuições patronal e dos servidores, e formalizar os acordos de parcelamento conforme prescrição legal (art. 1º, II, da Lei Federal nº 9.717/98; e arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/08 c/c art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98;

9.4.22- Para que o FMPSBC possa garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial sem necessidade de resseguro, conforme preceitua o art. 1º, IV, da Lei nº 9.717/98;

9.4.23- Para que faça cobrança da relação nominal dos segurados e seus dependentes com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição, conforme art. 76 da Lei Municipal nº 1.019/02 c/c art. 37, caput, da CF/88;

**Estado do Amazonas**
TRIBUNAL DE CONTAS**ACÓRDÃO Nº 282/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

9.4.24- Que seja formalizado o acordo de parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.205/2013 junto à Secretaria de Políticas da Previdência Social - SPPS, por meio do sistema CADPREV, conforme disposição do § 4º do art. 5º da Portaria nº 402/08, enviando cópia a esta Corte de Contas do Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - DCP, com a discriminação das competências dos valores originários, das atualizações, das multas e juros e dos valores consolidados;

9.4.25- Para que faça o envio do Demonstrativo de Política de Investimentos - DPIN à Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, para fins de emissão de CRP, conforme art. 5º, XVI, “g”, da Port. MPS nº 204/08 e art. 1º da Port. MPS nº 519/11, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.26- Para que faça o envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR à SPPS/MPS, para fins de emissão de CRP, conforme art. 5º, XVI, “d”, Portaria MPS nº 204/08; art. 22 da Port. MPS nº 402/08, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98, referente ao item 28 da Notificação nº 01/2014;

9.4.27- Para que institua o Comitê de Investimentos dos recursos do FMPSBC, conforme art. 3º-A da Port. MPS nº 519/11, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98, referente ao item 29 da Notificação nº 01/2014;

9.4.28- Para que defina, antes do exercício a que se referir, a política anual de aplicação dos recursos do FMPSBC, conforme art. 4º da Res. CMN nº 3.922/10, e alterações posteriores, c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;

9.4.29- Na gestão própria, para que monitore e elabore relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade e os riscos das operações financeiras realizadas nas aplicações dos recursos do FMPSBC, aos quais devem ser submetidos às instâncias superiores de deliberação e controle, conforme art. 3º, V, da Port. MPS nº 519/11, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.30- Para que faça aplicação dos recursos do RPPS em instituições financeiras autorizadas pelo BACEN, CMN e CVM e que estejam credenciadas junto ao FMPSBC, conforme art. 15, II, da Res. CMN nº 3.922/10, e alterações posteriores, c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;

9.4.31- Na gestão por entidade autorizada e credenciada, realize processo seletivo e submetê-lo à instância superior de deliberação, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros, conforme art. 3º, I, da Port. MPS nº 519/11 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.32- Exija da entidade autorizada e credenciada, mediante contrato, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações, conforme art. 3º, I, da Port. MPS nº 519/11 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.33- Assim como aos componentes do Comitê de Investimentos, para que obtenha certificação organizada por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme art. 2º da Port. MPS nº 519/11, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.34- Para que elabore e envie o relatório da política anual de investimentos à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Previdência Social, bem como, providencie o arquivamento desta documentação pelo

**Estado do Amazonas**
TRIBUNAL DE CONTAS**ACÓRDÃO Nº 282/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

prazo de 10 anos, conforme art. 1º, § 3º, da Port. MPS nº 519/11, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.35- Para que o responsável ou quem lhe haja sucedido, ao realizar aplicações e/ou resgates dos recursos do RPPS, preencha o formulário Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizado no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social na internet “www.previdencia.gov.br”, conforme art. 3º-B da Port. MPS nº 519/11, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.4.35- Aplique os recursos do RPPS, nos termos da Lei nº 9.717/98 e da Res. CMN nº 3.922/10, e alterações posteriores, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, sob pena de devolução, na hipótese de perda nos investimentos, a não observância destas condições na aplicação dos recursos previdenciários; Invista os recursos do FMPSBC em carteira administrada por instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN ou pessoas jurídicas autorizadas pela CVM que possuam rating2 de baixo risco de crédito e de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento, conforme art. 15, § 2º, da Res. CMN nº 3.922/10, e alterações posteriores, c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98; Diversifique a carteira de investimentos do FMPSBC para fins de reduzir a concentração em uma mesma pessoa jurídica e os riscos a que o investimento se encontra sujeito (risco de crédito, de liquidez, risco de mercado etc);

9.4.36- Observe os limites de despesa administrativa do FMPSBC, conforme art. 2º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.213/13, art. 15 da Port. MPS nº 402/08 c/c art. 6º, VIII, da Lei nº 9.717/98, sob pena de devolução;

9.4.37- Tome as providências cabíveis para a regularização, mediante afastamento temporário de um ou de ambos os cargos de professor seja com a saída da presidência da entidade, sob pena de devolução dos valores percebidos indevidamente;

9.4.38- Para que faça o registro analítico de todos os bens de caráter permanente do FMPSBC, com a indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, conforme art. 94 da Lei nº 4.320/64;

9.5- Em relação a Sra. Iracema Maia da Silva, Prefeita de Benjamin Constant, que seja determinado:

9.5.1- Que submeta à Câmara Municipal de Benjamin Constant proposta de projeto de lei que modifique a redação do § 6º do art. 13 da Lei Municipal nº 1.019/02, a fim de manter a autonomia administrativa e financeira do RPPS de Benjamin Constant, conforme disposição do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98; §§ 1º e 2º do art. 10 e arts. 15, 19 e 20 da Portaria MPS nº 402/08; art. 4º da Resolução CMN nº 3.922/10; inciso V do art. 2º e arts. 15 e 16 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/09;

9.5.2- Que firme acordo de termo de parcelamento para recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao FMPSBC, referente ao exercício de 2013, conforme art. 5º da Port. MPS nº 402/08 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98, sob pena de ser considerado em alcance, referente ao item 3 da Notificação nº 02/2014;

9.5.3- Que seja formalizado o acordo de parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.205/2013 junto à Secretaria de Políticas da Previdência Social - SPPS, por meio do sistema CADPREV, conforme disposição do § 4º do art. 5º da Portaria nº 402/08 c/c inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98, enviando cópia a esta Corte de Contas do Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - DCP, com a discriminação das



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 282/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

competências dos valores originários, das atualizações, das multas e juros e dos valores consolidados;

9.6- Ao Sr. Elvis Presley Graça Souza, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exercício de 2013, que seja determinado cumprir o imediato levantamento das dívidas previdenciárias da Câmara Municipal de Benjamin Constant, envolvendo as contribuições patronal e dos servidores, junto ao órgão gestor de previdência e, caso constem débitos, que seja formalizado acordo de parcelamento conforme prescrição legal (art. 1º, II, da Lei Federal nº 9.717/98; e arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/08 c/c art. 9º da Lei Federal nº 9.717/98;

9.7- Recomendar à próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento de todas as determinações constantes neste Acórdão;

9.8- Encaminhar ao Departamento dos Regimes de Previdência do Serviço Público - DRPSP subordinado à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Previdência Social a cópia integral dos autos;

9.9- Representar ao Ministério Público Estadual, com envio de cópia dos autos, de modo que possa adotar as medidas que entender cabíveis acerca da matéria versada nos autos, em especial, dos parcelamentos previdenciários.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de maio de 2015.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral